

## Meios de hospedagem rural no Brasil como signo de coletivização e socialização

### Rural lodging in Brazil as sign of collectivization and socialization

**Luciano Torres Tricário**

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil  
tricarico@univali.br  
<https://orcid.org/0000-0003-3307-8229>

**Isadora Bechert de Modesti**

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil  
isadoramodesti@edu.univali.br  
<https://orcid.org/0000-0001-9200-4305>

#### Resumo

Estudos de meios de hospedagem não têm se pautado por atributos espaciais de investigações acadêmicas como signo para coletivização e socialização, as quais são premissas para consenso em soluções de demandas sociais. O objetivo da pesquisa foi demonstrar coletivização e socialização em espaços de meio de hospedagem rural no Brasil. A metodologia se caracterizou como qualitativa e descritiva, utilizando-se bibliografia e fontes em dados primários e secundários, leitura do espaço in loco e fotografias dos espaços do objeto de pesquisa como suporte para leitura espacial. Os dados coletados foram descritos à luz dos métodos teóricos da Semiótica peircena, em seu conceito de abdução, seguidos da Teoria da Montagem de Walter Benjamin. Os resultados demonstraram coletivização e socialização em espaços de meio de hospedagem rural no objeto estudado (Espaço Rural Clarear, Camboriú, SC, Brasil), indicando espaços para ações cívicas e decisões de demandas sociais em espaços rurais no Brasil.

**Palavras-chave:** Espaço; semiótica; coletivização; socialização; meio de hospedagem rural.

#### Abstract

Studies of lodgings have not been based on spatial attributes of academic investigations as a sign for collectivization and socialization, which are premises for consensus on solutions to social demands. The objective of this research was to demonstrate collectivization and socialization in rural lodging spaces in Brazil. The methodology was characterized as qualitative and descriptive, using bibliography and sources in primary and secondary data, space reading in loco and photographs of the research object spaces as support for spatial reading. The collected data were described in the light of the Peircean Semiotic, in its concept of abduction, followed by the Assembly Theory of Walter Benjamin. The results demonstrate collectivization and socialization in spaces of rural lodgings in the studied object (Espaço Rural Clarear, Camboriú, SC, Brazil), indicating spaces for civic actions and decisions of social demands in rural spaces in Brazil.

**Keywords:** Space; semiotic; collectivization; socialization; rural lodging.



## 1. Introdução

Dois fenômenos ainda pouco correlacionados pautaram a pesquisa: espaços de meios de hospedagem rural no Brasil e espaço para coletivização e socialização de pessoas; e se pode, portanto, identificar um caráter inovador da pesquisa, porque o estudo dos meios de hospedagem não tem se pautado em atributos espaciais como mote de investigações acadêmicas. Tal conclusão foi oriunda de pesquisa bibliométrica a partir dos temas de estudo, seguida por leitura de bibliografia, a qual foi desenvolvida a partir de tal bibliometria. De sorte, então, que constatações da bibliometria e leitura bibliográfica demonstraram que investigações acadêmicas sobre meios de hospedagem têm se feito, sobretudo, dentro de uma visão empresarial sócioeconômica (Lashley, 2015). Por esta razão é que a pesquisa aqui desenvolvida também pôde contribuir com novos “desenhos” metodológicos para Hospitalidade e Hotelaria, ao aproximar de maneira um tanto inusitada, o objeto tema de pesquisa “meio de hospedagem” (essencialmente estudado à luz de gestão de empresas, oferta de serviços e negócios) com métodos teóricos da leitura espacial, da Semiótica peirceana para o espaço (Peirce, 1984) e da Teoria da Montagem de Walter Benjamin (2007); ou ainda aproximar o objeto tema de pesquisa “meio de hospedagem rural” a fenômenos sociais de coletivização e socialização.

Desta forma, um problema de pesquisa pode ser identificado por interpretações e descrições essencialmente sociais (e, sobretudo, socioeconômicas), que fundamentaram pesquisas acerca dos meios de hospedagem, não efetivamente interpretando ou descrevendo o espaço como valor contribuinte para explanação da realidade, ainda que um ideal da dialética sócioespacial possa ser utilizado (Soja, 1993; Lefebvre, [1974] 1991); e, neste sentido, pensar que valores sociais para uma construção jurídico-política pode ser justificada e explicada até pela produção do espaço, a partir de estudos de Henri Lefebvre (Canzi & Teixeira, 2017). Ou seja, pode-se explicar um fenômeno social a partir de manifestações espaciais (e vice-versa); o que, de outra forma coube aqui para essa pesquisa, foi a possibilidade de explicar situações sociais de coletivização e socialização a partir de espaços de meios de hospedagem rural no Brasil.

De outra maneira, tendo-se os meios de hospedagem como objeto de estudo intrínseco à Hospitalidade, deve notar-se que a “hospitalidade é um dom do espaço” (Gotman, 1997); ainda que condições espaciais muitas vezes são de difícil apreensão, porque “carregadas” de *abdução* e plurissignificação, inerentes à linguagem do espaço (Peirce, 1984). Disso se pode entender porque, por exemplo, Oh e Jeong (2010) confiaram muito mais seus estudos de meios de hospedagem em teorias do que em dados quantitativos.

Nesse viés, o pressuposto da pesquisa se construiu a partir da verificação empírica de que espaços para coletivização e socialização não somente ocorrem em áreas públicas urbanizadas (Holanda, 1995) ou em redes sociais virtuais (Balula, 2010), mas podem se manifestar também em ambientes rurais, em espaços rurais turísticos, efetivamente em meios de hospedagem rural. Portanto, fez-se um contraponto com pesquisas atuais que têm atribuído às cidades (principalmente no século XXI) o lugar primordial para coletivização e socialização (Swerts, 2017; Rahmatabadi, 2011), ou a cidade como atributo primordial para o

“diálogo” (Reis & Venâncio, 2018), ou a cidade como lugar para participação da população em decisões de demandas sociais (Pamplona & Carvalho Jr., 2017; Costa, 2014).

A partir desse pressuposto de pesquisa, formulou-se a pergunta de pesquisa: espaços de meios de hospedagem rural no Brasil podem se constituir em atributo para coletivização e socialização? Para responder a esta pergunta, o Espaço Rural Clarear (na zona rural do município de Camboriú, região do Vale do Itajaí, SC, Brasil) foi o objeto de pesquisa, justificando-se pelo fato de propor um novo “olhar” sobre o espaço para coletivização e socialização. Nesse sentido, houve a intenção de que a partir de um objeto de estudo analisado como fenômeno real – Espaço Rural Clarear – se pode contextualizar o lugar onde está inserido e os valores que o influenciam: a zona rural brasileira; e, portanto, o objeto de pesquisa Espaço Rural Clarear pode generalizar um fenômeno para todo o Brasil; esse é um caráter próprio às pesquisas qualitativas em Ciências Sociais (Sampieri *et al.*, 2013; Vasconcelos, 2002; Marconi & Lakatos, 2017).

Vale destacar que já se têm estudos que demonstraram a possibilidade de coletivização e socialização públicas no espaço rural, tais como, por exemplos: no Valle Central no Chile (Leon, 2017); em aldeamentos de índios e colônias agrícolas na Amazônia durante as décadas de 1840 a 1880 (Nunes, 2017); em assentamentos de escravos fugitivos no século XVII, nas Serras de María (província de Cartagena de Índias no Caribe) (Navarrete, 2017); nas experiências desdobradas pela influência política e acadêmica dos trabalhos de Fermín Caballero, efetivamente em seu livro “Promoção da população rural”, o qual inspirou formas societárias de coletivização e socialização em colônias agrárias no final do século XIX (Urquijo-Goitia & Paniagua, 2011). Porém, nenhum trabalho científico até então tratou o ideal de coletivização e socialização em ambientes de meios de hospedagem rural.

Justifica-se esta pesquisa por ela “descortinar” novos espaços para a coletivização e socialização diante do declínio do estado-nação, onde a sociedade carece de outras formas de vida cívica coletiva (Antonini, 2021). Tal condição se torna mais urgente em contextos latino-americanos que apresentam setores populares excluídos e onde falta de interesse público, muitas vezes ocasionada pela ausência de espaços que promovam a coletivização e socialização (Hamburger-Fernandez, 2013). Neste sentido, o Brasil teve na sua herança colonial exploratória a configuração de uma cultura com dificuldades para se apropriar de espaços de uso cívico coletivo (Damatta, 1997). Alia-se a isso o fato de que a urbanização no Brasil se deu efetivamente após os primeiros trezentos anos da colonização, ocorrendo somente no século XX de forma muito rápida, de sorte que o setor público não conseguiu qualificar ambientes públicos urbanos de uso coletivo para atender à enorme quantidade de indivíduos que habitariam as cidades com o surgimento da industrialização (Deák & Schiffer, 2010).

Sem contar ainda que o “campo” sofre com emigração de jovens de comunidades rurais, muitas vezes motivada por “política de cidade pequena”, a qual não absorve modos participativos de gestão e planejamento, bem como exclusão de manifestações políticas de gênero (Bouchard & Wike, 2022).

De outra maneira ainda, justifica-se esta pesquisa pelo fato de que a coletivização e socialização são premissas para consenso (Tricárico *et al.*, 2019); tal como já preconizou John Rawls (1972), onde consenso partia de uma liberdade pessoal, podendo encontrar autonomia coletiva; ainda que, por outro lado, os estudos de Rawls (1972) justificaram desigualdades

sócioeconômicas e sócioespaciais (Daniels, 1991). Já o estudo de Jürgen Habermas (1981) propôs contribuições para democracia deliberativa e, para tanto, a coletivização e socialização necessárias em ações de deliberação, para um direito mais efetivo à cidade (Lourenço & Fernandes, 2019). Vale lembrar que o trabalho de Habermas (1981) foi referência para o ideal de consenso no planejamento e gestão urbanos das pesquisas de Patsy Healey e Judith Innes (Souza, 2002). E ainda o trabalho de Cornelius Castoriadis (1975), que fez críticas à democracia de representação ao elogiar a democracia direta em atos de coletivização e socialização que podem reconhecer minorias.

Destarte, com todo apanhado acima explanado, constituiu-se o objetivo da pesquisa: demonstrar coletivização e socialização em espaços de meio de hospedagem rural no Brasil.

## **2. Metodologia**

### **2.1. Carácter da pesquisa**

A pesquisa se configurou como estudo qualitativo e descritivo, pois, conforme Gil (2008), os objetivos projetaram uma generalização para um fenômeno do espaço rural brasileiro (Vasconcelos, 2002).

De outra maneira, a possibilidade de discussão interdisciplinar entre espaços de meio de hospedagem, coletivização e socialização fundamentou o valor descritivo da pesquisa relacionado ao objetivo de se expor duas situações empíricas ainda pouco correlacionadas (Sampieri *et al.*, 2013); obtendo-se, metodologicamente, inter-relações de conceitos aparentemente insignes, mas que possibilitam uma “outra” relação: espaços de meio de hospedagem rural no Brasil dando significado para espaço de coletivização e socialização. Essa “outra” relação se apresenta ainda de modo “aberto” e “amplo” para promover pesquisas futuras, que é próprio, portanto, do método qualitativo de pesquisa em Ciências Sociais (Vasconcelos, 2002).

### **2.2. Procedimentos, instrumentos e ferramentas para coleta de dados**

Para contextualização dos temas da pesquisa, foi elaborada, num primeiro momento, uma bibliometria, que se desdobrou na bibliografia utilizada. Tal bibliometria também serviu para circunstanciar até que ponto as abordagens temáticas estavam sendo de interesse para pesquisadores, assim como o entrecruzamento destes diferentes temas estavam sendo ou não estudados conjuntamente. Desse exercício, vislumbraram-se aspectos inovadores da pesquisa: há possibilidade de novos arranjos metodológicos para investigações na área de Hospitalidade e Hotelaria, que estudem “meio de hospedagem” a partir de leitura espacial, da Semiótica peirceana para o espaço (Peirce, 1984) e da Teoria da Montagem de Walter Benjamin (2007); ou que se estude “meio de hospedagem rural” à luz de fenômenos sociais de coletivização e socialização.

Para a bibliometria, foram utilizadas as palavras-chave sempre associadas entre si, nas línguas portuguesa, inglesa e castelhana, em bases de dados de portais eletrônicos de pesquisa.

Para a contextualização e fundamentação da importância do objeto de pesquisa, inicialmente houve uma busca em trabalhos acadêmicos científicos que abordaram o “Espaço Rural Clarear”, sobretudo em bibliotecas de universidades da região onde se localiza o referido objeto de pesquisa, e buscas sobre o objeto de pesquisa em bases de dados dos principais portais de periódicos. De outra forma, foram feitas buscas em fontes primárias (folhetos, sítios eletrônicos, *folders* e vídeos) publicadas pelo referido meio de hospedagem, pelo município de Camboriú e associações rurais da cidade de Camboriú e região; assim como uma oportuna conversa informal com a proprietária do Espaço Rural Clarear, a qual foi tratada muito mais como referencial para o estudo do que como estratégia metodológica.

Fez-se uma leitura espacial do Espaço Rural Clarear enquanto meio de hospedagem, enquanto espaço aberto ao público e enquanto espaço para eventos a partir do método de análise da Teoria da Montagem (Benjamin, 2007), a qual revelou determinados usos do espaço, estabeleceu *fragmentos sígnicos pretéritos* (Benjamin, 2007) e construiu significados para os espaços vivenciados. Esta descrição foi amparada por um repertório adquirido pelos pesquisadores, corroborando-se no que Roland Barthes (1971) compreende por conhecimento prévio e experiência do pesquisador na seleção de idéias e assuntos que foram pertinentes à explanação do objeto de pesquisa.

A leitura espacial foi amparada pela fotografia como registro visual dos espaços que foram vivenciados *in loco*, ou pela fotografia como fonte primária entendida como representação do espaço. Os dados coletados (leitura espacial *in loco* e levantamento fotográfico) foram feitos no dia 20 de outubro do ano de 2018.

*Fragmentos sígnicos pretéritos* (Benjamin, 2007) foram considerados como palavras-chave (em inglês, espanhol e português) para coleta de informação em produção científica dos últimos vinte anos (2001 a 2020) em portais de base de dados (Portal de Periódicos Capes Brasil, Scielo, Elsevier e Ebscohost), constituindo-se em parte da bibliografia de pesquisa. Esta bibliografia construída fundamentou explicações para os *fragmentos sígnicos pretéritos* eleitos (Benjamin, 2007), no intuito de evidenciar os espaços do sítio como signo para coletivização e socialização. A construção dessa bibliografia ajudou a identificar outros títulos de livros e artigos científicos utilizados pelos autores levantados, que não estavam dentro dos últimos vinte anos delimitados inicialmente, mas serviram para fundamentação teórica da pesquisa e descrição dos resultados.

### 2.3. Método descritivo dos dados

Como linguagem espacial, entendeu-se a *plurisignificação* como condição inerente que oferece uma diversidade de descrições em sua variância inter-relacional, sustentada pela *abdução* como ideal conjecturado próprio à linguagem não verbal e à informação não verbal (Peirce, 1984). *Abdução* é ciência por um primeiro caminho de descobertas feitas em experiências (empíria) do objeto de pesquisa (Ferrara, 1999), onde comparações imprevistas e inusitadas (Ferrara, 2005: 31) são flagrantes para novas associações de idéias, não pretendendo serem assertivas – “associar o que nunca antes pensáramos associar” (Peirce, 1974b: 5.168).

Corroborando-se com o ideal de *abdução*, também se valeu da Teoria da Montagem de Walter Benjamin (2007) na leitura de espaços: “A leitura [...] de um contínuo cotidiano

apresenta uma estreita união metodológica e epistemológica entre [...] Walter Benjamin e [...] Charles Sanders Peirce, sobretudo, de sua fenomenologia [...].” (Ferrara, 2000: 127).

Dessa forma, para essa pesquisa, *abdução* (Peirce, 1984) foi preditiva para montagem (Benjamin, 2007) que, por sua vez, procurou legitimar associações entre espaços “distantes” feitas na *abdução*; ou ainda, de outro modo, a montagem foi uma “ponte” descritiva entre os espaços “distantes”, uma sistematização necessária para objetivação científica (Ferrara, 1999).

A montagem para Benjamin (2007) trabalha com referências do passado (*fragmentos sígnicos pretéritos*), as quais, ainda que denotem “descontinuidades” cronológicas, podem inferir reescrituras da história. A montagem como prática pressupõe um leitor de imagens que reconhece, redime e revela o passado na atualidade (Ferrara, 2000) com sua capacidade repertorial adquirida. Porém, é necessário ao pesquisador “ler” no passado (identificando *fragmentos sígnicos pretéritos*) indícios que estão no espaço presente à luz de um registro de informações acumuladas pelo leitor pesquisador (Barthes, [1964] 1971).

De sorte que a leitura do espaço será sempre possível (*abdução*), pois imbuída de conteúdos do signo (Peirce, 1984), jamais “pretensiosamente” total e absoluta (Ferrara, 2005). Entendendo-se signo como aquilo que “(...) representa alguma coisa para alguém (...)” (Peirce, 1974a), ou como conceituou Santo Agostinho (*apud* Epstein, 2002, p. 17), signo “faz algo diferente aparecer na mente”.

Com isto, fundamentou-se, portanto, uma pesquisa com características qualitativas, própria das Ciências Sociais, pois se observa na realidade empírica do objeto contextualizado *fragmentos sígnicos pretéritos* (Benjamin, 2007), que podem proporcionar novas conclusões (Marconi & Lakatos, 2017) em complementaridade à *abdução* (Ferrara, 1999); de outro modo, é o que Pignatari (Coopex Unibrasil, 2003) anunciou como uma forma heteronômica da contribuição da Semiótica para outras disciplinas, tais como Sociologia, História e Arquitetura, por exemplos; ou o ideal de uma Semiótica do Espaço Social (Ferrara, 1999).

Signo (Peirce, 1984) e *fragmentos sígnicos pretéritos* (Benjamin, 2007), em conjunto, captaram comparações entre vários espaços ainda que em tempos diferentes:

[...] distantes de imediato, mas posteriormente e, na realidade, quase copresentes [...] há uma constatação necessária e objetiva [...] que se quer possível [...] comparação de espaços supõe uma inferência de leitura [...] entre índices e marcas [...] encontradas e verificáveis. Neste caso as inferências são caminhos pelos rastros existentes num espaço ou entre espaços próximos ou distantes no tempo. (Ferrara, 2005: 52-53)

### 3. Revisão bibliográfica e fundação teórica

#### 3.1. Espaço para coletivização

Coletivização é a compreensão daquilo que se faz como feito por outras pessoas, tendo-se a mesma razão e significado (Rabelo, 2003; Dowbor, 1993; Bourdieu, [1973] 1980). De sorte que o espaço para a coletivização é condição física que congloera diversas pessoas com os mesmos interesses e, como tal, o espaço público das cidades tem cumprido esse papel (Albuquerque & Dias, 2019).

Neste sentido, verificam-se pesquisas sociológicas contemporâneas que revelaram o empoderamento de novas lideranças (e seu intuito democrático) como opção à centralização estatal em comunidades urbanas (Hambleton, 2015). No mesmo viés social, estudos empíricos sobre gênero inferiram avanços para a colaboração cívica cosmopolita em cidades (Høy-Petersen *et al.*, 2016); investigações sociais adicionais propuseram outras compreensões sobre política urbana pautada em aprendizagens inclusivas por meio de vínculos familiares em ativismos de ecologia urbana (Blok & Meilvang, 2014).

De sorte que estudos com base no espaço para coletivização como categoria de análise têm entendido o espaço público urbano como primordial condição para o conglomerado de pessoas. Assim, por exemplo, Abrahão (2008) concluiu que espaços públicos são indispensáveis para a prática do civismo, da cidadania e expressões da vida pública.

Há ainda entendimento de coletivização como condição imposta por poder público (ainda que representante da população) no intuito de soluções de demandas sociais; assim, por exemplo: a Grande Casa Socialista em Tianjin na China, a qual destinava espaços coletivistas e de socialização a despeito de espaços privados (Bray, 2005); coletivização compulsória para camponeses húngaros no início dos anos 1960 (Morell, 2012); coletivização coagida na China (Hershatter, 2006) e União Soviética (Marples, 1991) dos anos 1950; o ideal da fazenda coletiva stalinista (Viola, 1996); a fome gerada por campanhas de coletivização no Cazaquistão dos anos 1930-33 (Volkava, 2012). Esses exemplos caracterizaram coletivização enquanto traumas sociais, de gênero e de classe.

Em contraponto, manifestações como assentamentos rurais brasileiros do MST (Movimento Sem Terra) mostraram que a coletivização vivenciada enfatizou capacidades subjetivas, materiais e éticas em condições de exclusão e inclusão sociais, além de superação de adversidades éticas e políticas, dadas às relações cooperativas e solidárias em novos arranjos coletivistas (Groff *et al.*, 2009). Nota-se neste caso que a coletivização foi pautada pelas pessoas pela mesma razão e pelo mesmo significado ao se agruparem (Rabelo, 2003; Dowbor, 1993; Bourdieu, [1973] 1980), ao contrário de ter sido uma imposição pelo poder estatal.

Como corolário para esta pesquisa, ressalta-se que o ideal utilizado para coletivização será a motivação para reunião de pessoas interessadas em mesmas causas e mesmos sentidos (Rabelo, 2003; Dowbor, 1993; Bourdieu, [1973] 1980). Ao se adotar tal ideal, pode-se entender que a coletivização pode ser preditiva para socialização. Neste sentido, socialização se estabelece por haver comunicação interpessoal e intergrupala, e seu significado no espaço está relacionado à transitividade (Martsinkovskaya *et al.*, 2018).

### **3.2. Espaço para socialização**

Mesmo quando há migrações em massa, à escala internacional, e se expandem fronteiras de socialização, exige-se respeito à cultura migrante e à cultura receptora (Martsinkovskaya *et al.*, 2018); o que, de outra forma, denota o papel do lugar (espaço sócio geográfico) como valor de socialização. Essa asserção foi aferida, por exemplo, em pesquisa empírica acerca da socialização de adolescentes em Moscou (capital russa) e Petrozavodsk (capital da Carélia). Os dados obtidos revelam socialização em espaço multicultural, porque entre os adolescentes estudados há orientação para identidades éticas “mistas”, ainda que com suas

próprias identidades étnicas, aumentando-se tolerância à incerteza. De outra forma, demonstrou-se que o espaço de grandes cidades permite determinar socialização e valores civis comuns, mesmo que com diferentes etnias; assim como todo o processo observado na pesquisa apontou que a socialização entre adolescentes está mais propensa à autorrealização (Martsinkovskaya et al., 2018).

Outro estudo que relacionou espaço e socialização foi realizado no Parque Borély, em Marseille, França; com abordagem etnográfica, obtiveram-se dados acerca de ações cotidianas enquanto socialização em situação de superlotação do espaço público. O resultado acusou que a socialização criou laços duradouros entre as pessoas, sobretudo aproximando pessoas com mesmos interesses (coletivização) e de diferentes gerações, bem como foi apontado que jovens convivem juntos no mesmo espaço sem a percepção de que está havendo coletivização e socialização (L'Aoustet & Griffet, 2004).

Também outro estudo de espaço público urbano em seis bairros da cidade de Hamadan (Irã) indicou que a socialização nos bairros onde há constantes feiras livres junto a espaços verdes, há maior sentimento de pertencimento e maior nível de cooperação entre vizinhos e moradores do que em bairros sem espaços verdes (Arama et al., 2019).

Pesquisa sobre ausência de mobiliário urbano, sobretudo bancos que promoviam agrupamento de pessoas sentadas na cidade de Portland (Estados Unidos), apontou deficiência na socialização (Sagrero, 2018).

De modo geral, muitas pesquisas apontam que o espaço público urbano tem a capacidade de influenciar formas de socialização (Rahmatabadi, 2011).

Por outro lado, ainda que a literatura acadêmica majoritariamente relacione espaços públicos urbanos como geradores de identidade, integridade social e socialização, há a possibilidade destes espaços públicos promoverem com o tempo a dissociação da socialização. Nesse caso, pôde-se “desmistificar” o espaço público urbano como primordial determinante de socialização (Uzunoğullari, 2019); o que justificaria, portanto, outros estudos que revelem espaços promotores de socialização. Da mesma forma, Soltani (2018) recomendou que se façam novos estudos reveladores de outras possibilidades de espaço social, até então pouco exploradas pela literatura científica; Domblás (2015) propõe valorizar espaços “invisíveis” e desconhecidos, mas imbuídos de socialização, e que estão “ao nosso redor”.

Notam-se várias pesquisas preocupadas com o espaço de socialização de crianças e adolescentes, porque tal condição pode implicar comportamentos cívicos futuros quando adultos (Moreira et al., 2018; Maximov, 2016; Theimann, 2016; Cunningham, 2013; Lindström & Öqvist, 2013; Richards & Larson, 1989). De sorte que são pesquisas que denotam o papel do espaço como signo para a socialização enquanto atributo cívico para o convívio em sociedade.

Nota-se, contudo, que ainda não se observaram estudos que tenham utilizado de meios de hospedagem rural que demonstrem sua capacidade em reunir pessoas com os mesmos propósitos – coletivização (Rabelo, 2003; Dowbor, 1993; Bourdieu, [1973] 1980) – passível de se converter em socialização (Martsinkovskaya et al., 2018). E, sobretudo, a carência de estudos feitos com o fundamento do espaço em meio de hospedagem rural enquanto atributo para coletivização e socialização.

## **4. Resultados**

### **4.1. Contexto do objeto de estudo**

O Turismo Rural, em suas vertentes de turismo comunitário e turismo de base comunitária no Brasil vêm impulsionando a salvaguarda, proteção e conservação de culturas materiais e imateriais, as quais foram adquirindo interesse para motivação de visitantes (inclusive cidadãos de áreas urbanizadas próximas à zona rural), turistas, ou até mesmo moradores locais de comunidades rurais. Nesse sentido, verificam-se experiências brasileiras que se consolidaram, tais como, por exemplo, na Rota da Liberdade, Recôncavo Baiano, Bahia; em Nova Olinda, região do Cariri cearense; em Batoque, no município de Aquiraz, Ceará; no Assentamento Coqueirinho, em Fortim, Ceará; nas comunidades de Trairi, Ceará (Coriolano & Vasconcelos, 2012); nos Caminhos Rurais, nas proximidades de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; na Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul (Araújo, 2012); nas experiências da Acolhida na Colônia, em Santa Catarina (Guzzatti *et al.*, 2013); entre outras.

Dentro das iniciativas de Turismo Rural no estado de Santa Catarina (SC, Brasil), a cidade de Camboriú tem se destacado porque a receita total da economia do turismo da cidade vem totalmente do turismo rural como uma opção para o turismo de “sol e mar” da cidade vizinha de Balneário Camboriú, SC (destino turístico consolidado no Brasil). O turismo rural de Camboriú está basicamente organizado em quatro instâncias: caminhos para o Santuário de Madre Paulina na zona rural camboriuense, turismo pedagógico ambiental com passeios educativos nas propriedades rurais, turismo de aventura por trilhas (até o Pico da Pedra) e cachoeiras na zona rural do município, e turismo gastronômico com produtos da agricultura familiar (Porto, 2008).

O Espaço Rural Clarear foi escolhido como objeto de estudo porque tem demonstrado desenvoltura para trocas sociais de acepção coletivista, tais como reuniões de músicos (Tocadores dos Tambores Guerreiros do Coração e as Tocadoras dos Tambores Ciranda de Gaia), experiências religiosas com os adeptos do daime, reuniões com praticantes de biodança, capacitação de universitários para temas de sustentabilidade, entre outras (Bauer, 2018).

### **4.2. A montagem benjaminiana aplicada aos espaços do Espaço Rural Clarear**

Elegeram-se (quando da leitura espacial *in loco*), a presença do fogo em lareiras, fogões e fogueiras, a espacialidade junto à natureza (projetada e *in natura*) e frontões em arquiteturas como signos de espaços para coletivização e socialização.

O fogo utilizado em lareiras, fogões e fogueiras do Espaço Rural Clarear foi considerado na leitura espacial *in loco* como fragmento *sígnico* pretérito (Benjamin, 2007). Radcliffe-Brown (1922) assinalou que o fogo não só possui significado de sua materialidade para iluminar e aquecer ambientes para famílias em reunião, mas encerra dimensões simbólicas e culturais. As lareiras assim se apresentam em vários ambientes nas diversas edificações que compõem o Espaço Rural Clarear (Figura 1) e, por “extensão” *sígnica*, lareiras do Espaço Rural Clarear podem denotar que a “família” é composta pelos diversos e

diferentes hóspedes que se reúnem envolta a elas. De sorte que o advento para se aquecer é fator que põe o interesse comum de reunião de pessoas junto às lareiras.

Figura 1. Lareiras no Espaço Rural Clarear



Fonte: Acervo dos autores (2018).

O domínio do fogo modificou o cotidiano, sobretudo pelo fato de se poder cozinhar, condição que, para Wrangham (2010) tornou os seres efetivamente humanos, fazendo-se também a distinção dos humanos dos animais ditos irracionais. Mais ainda: o fogo foi o advento para se cozinhar e, portanto, alimentar-se em grupo desde a pré-história, não sendo mais apenas um fator para se defender de animais selvagens ou se aquecer, mas a oportunidade de um momento para se comer coletivamente, que além de satisfazer as necessidades biológicas na alimentação, unia pessoas que socializavam ao redor de uma fogueira ou (mais tarde) de um fogão (Figura 2). Autores como Wrangham (2010), Flandrin e Montanari (1988) e García (2009) atribuem ao fogo (e a possibilidade de se cozinhar com ele em fogueiras e fogões) uma atividade importante ao longo da história das relações afetivas e dos relacionamentos interpessoais de socialização. Ou seja, o interesse comum pelo alimento e seu preparo fez dos fogões advento para reunião de pessoas. Não à toa, a cozinha brasileira é tida como um dos compartimentos da casa com maior possibilidade de socialização (Lemos, 1976).

Figura 2. Fogões no Espaço Rural Clarear



Fonte: Acervo dos autores (2018).

O fogo também se apresenta em fogueiras no Espaço Rural Clarear (Figura 3), seja em espaços interiores avarandados ou em espaços externos abertos. Para Radcliffe-Brown (1922), as fogueiras afastam os animais ferozes dando defesa para os homens, fornecem calor em espaços abertos nos dias frios; atraindo, portanto, várias pessoas, numa possibilidade de conversas e ações coletivas e socialização. O referido autor ainda infere que

as ações coletivistas tiveram início com o advento do costume de se sentar ao redor do fogo, desembocando no estreitamento de laços de solidariedade entre os primatas. Experiências de socialização ao redor das fogueiras transformou a vida humana, pois criou espaços de observação conjunta essenciais para a compreensão da evolução das atividades humanas, estimulou o contato social dando um sentido de conforto de uns para com os outros, diminuindo-se a agressividade do homem primitivo e aperfeiçoando vínculos pacíficos (Radcliffe-Brown, 1922).

Figura 3. Fogueiras no Espaço Rural Clarear



Fonte: Acervo dos autores (2018).

Wiessner (2014) compreendeu que a luz originada nas fogueiras pode prolongar os períodos matutino e vespertino do dia, não interrompendo o tempo das atividades sociais de subsistência e festividades comunitárias. Não por acaso, o Espaço Rural Clarear pode promover festas noturnas ao ar livre para grupos festivos como os Tocadores de Tambores Guerreiros do Coração, ou para práticas noturnas de biodança (Bauer, 2018).

Pesquisas antropológicas de Wiessner (2014) também demonstraram que conversas durante a noite ao redor do fogo são diferentes de conversas durante os períodos matutino e vespertino do dia. Nos períodos vespertino e matutino os assuntos são voltados para temas sócioeconômicos e da produtividade; já, durante a noite, as atividades ao redor do fogo são predominantemente alegres, com danças, músicas, cerimônias e socialização. As conversas noturnas ao redor do fogo deixam de lado os assuntos econômicos, queixas políticas e sociais para dar lugar a conversas mais afetivas (como casamentos e parentesco), simbólicas (de divindades e demônios, de mitos e lendas), complexas (de um mundo da imaginação e do sobrenatural) e até conversas mais rítmicas em suas entonações.

De sorte que espaços que possibilitam o fogo no Espaço Rural Clarear (sejam lareiras, fogões ou fogueiras) proporcionam coletivização e socialização.

O espaço rural no Brasil é permeado pela natureza, tal como onde se encontra o Espaço Rural Clarear, e é identificado com valores de escapismo do cotidiano atribulado (geralmente em zona urbanizada); é um lugar onde o indivíduo tem a oportunidade de disfrutar o ócio junto à natureza. Por vezes, julga-se até mesmo que relações sociais e afetivas são mais estreitadas no espaço rural, porque distante das tarefas do trabalho em meio urbanizado (Bauman, [2000] 2011). Neste sentido, Bauman ([2000] 2011) afirma que valores de comunidade se esvaziaram diante da urbanização iniciada na Revolução Industrial, em razão de uma procura por trabalho e uma pretensa obtenção de lucros, que ocasionaram mudanças ideológicas e do estilo de vida. Compreende-se, portanto, que o sentido e razão pelo escapismo à procura da natureza em meio rural, feito por muitas pessoas, constitui-se

em signo de coletivização e oportuna socialização. Aliando-se o fato de que níveis de socialização aumentam junto a espaços naturais (Arama *et al.*, 2019).

A natureza significa experiência de fruição, a qual pode ser feita de forma coletiva; haja vista que em muitas sociedades a manifestação religiosa se ampara na natureza enquanto representação de uma visão idílica do além-túmulo (o Jardim do Éden, cumes e topos de montanhas como símbolos para a ascese) (Jellicoe & Jellicoe, 1995). De sorte que à natureza se atribuíram valores cosmológicos religiosos que fundamentaram a descrição dela como um fragmento sógnico pretérito (Benjamin, 2007).

A natureza no Espaço Rural Clarear se torna representação com uso de pórticos: eles anunciam a entrada para a natureza (Figura 4) e também podem ser descritos como fragmentos sógnicos pretéritos (Benjamin, 2007). Laurence e Newsome (2012) discorrem que as pessoas são afetadas visualmente por pórticos, onde eles estão inseridos e para onde eles procuram direcionar o olhar. Os pórticos são tidos como destinos procurados e almejados por muitos, como algo que se procura para adentrar em espaço sagrado, tal como tabernáculos e oratórios; pórticos são espaços de representação de ritos de passagem daquilo que está “dentro” e do que está “fora”; muitas vezes os pórticos eram vigiados, pois as pessoas que podiam passar por eles eram eleitas.

Figura 4. Pórticos no Espaço Rural Clarear



Fonte: Acervo dos autores (2018).

Neste sentido, pórticos são símbolos para um imaginário coletivo de transição ao idílio da natureza como bem comum.

A natureza também se representa no Espaço Rural Clarear com arranjos de flores em vasos, e pinturas (com temas de “natureza morta”) expostas por várias paredes. Independentemente de um juízo sobre se essas pinturas são obras de arte, há de se verificar que são quadros “emoldurados”, estrategicamente colocados para que sejam fruídos; de sorte a poder despertar valor “aurático” (Benjamin, 1994), indiciado pela natureza ali representada; que, dito de outra forma: tal natureza (representada em quadros) é comunicada (posta em comum) como “aura” para ocupantes daqueles espaços.

Telhados com solução técnica para escoamento das águas pluviais com “duas águas” é recorrente desde a Antiguidade Clássica na Grécia (Duarte & Mega, 2008), e disso se originou o frontão. Nota-se que o frontão é um elemento arquitetônico greco-romano reincidente na contemporaneidade, seja pelas suas soluções de eficiência, de composição sintática e plástica para a edificação, bem como por seus atributos simbólicos (Mattos, 2015). O frontão pode ser encontrado em vários edifícios das cidades atuais, e no caso brasileiro,

ele ficou muito vinculado com a imagem da arquitetura institucional de fóruns. O tipo fórum nas cidades brasileiras constantemente possui um frontão, ainda que as tipologias de fórum possam mudar. Os tipos passam a identificar as funções das arquiteturas em meio urbanizado: tipo fórum (com frontão, sobretudo), tipo igreja, tipo escola, tipo ginásio de esportes, tipo residências, entre outros (Mattos, 2015).

Da solução em “duas águas” configurando volume prismático do telhado, destaca-se uma porção triangular que fica defronte à vista e angulação do olhar para quem está ao rés do chão – eis o frontão, que, talvez por tal característica ótica, era (e ainda é) adornado e decorado com peças artísticas e esculturas aderidas (tímpanos).

Ora, as soluções de telhados nas edificações do Espaço Rural Clarear poderiam ser descritas apenas como escoamento das águas pluviais, sem a preocupação decorativa na configuração de frontões e tímpanos. Porém, o fato das arquiteturas do Espaço Clarear se construírem com a frente do prisma do telhado (frontão) com elementos decorativos, as fazem apropriadas para se descrever a razão do uso enfático de frontões. Tal condição é notada, por exemplo, no frontão do salão de eventos (Figura 5) que se utiliza de vitral que filtra a luz solar, um lanternim em forma de tímpano; ou ainda a presença de lambrequins que adornam frontões.

Figura 5. Vista do frontão do salão de eventos a partir do interior da edificação no Espaço Rural Clarear



Fonte: Acervo dos autores.

O uso de frontões nas edificações do Espaço Rural Clarear (Figura 6) pode ser descrito como fragmento sígnico pretérito (Benjamin, 2007), tais como aqueles existentes nos fóruns greco-romanos. Nesta condição, o fator de transposição do passado para o presente opera no plano simbólico da imagem da arquitetura. Para Mattos (2015), a citação do frontão no presente tem a razão de nos remeter a outros tempos, criando-se uma ilusão sobre algo não vivido, de como foi ou poderia ser; comunicando-se que passado, presente e futuro possuem os mesmos valores simbólicos de uma sociedade democrática (tal como no senado da Antiguidade Clássica grega), apta à socialização.

Trata-se, então, metaforicamente, da construção de um mundo ideal a partir da imagem de fóruns romanos ou dos edifícios de senados gregos, pois comunicam valores sociais que conotam justiça de igualdade social para todos na polis (cidade) (Mattos, 2015). Que, de outra maneira, pode ser imagem simbólica de frontões comunicantes de que aquele lugar está pautado por valores democráticos, passível, portanto, como receptáculo de coletivização e oportuna socialização.

Figura 6. Frontões em edificação do Espaço Rural Clarear



Fonte: Acervo dos autores.

#### 4.3. Discussão dos resultados

Notam-se usos coletivos e socialização no Espaço Rural Clarear, tais como festejos dos Tocadores dos Tambores Guerreiros do Coração e das Tocadoras dos Tambores Ciranda de Gaia, encontros de adeptos religiosos do daime, encontros de praticantes de biodança (Bauer, 2018), o que demonstra a capacidade de espaços do sítio na recepção de coletivos de pessoas que se socializam a partir de razões e objetivos comuns. Somando-se ainda o que a leitura do espaço *in loco* pôde constatar: o advento do fogo e o escapismo junto à natureza como signo de reunião entre pessoas e imagem codificada de fóruns gregos representados em frontões simbólicos como conotação de justiça comum.

O espaço para o escapismo junto à natureza pode conglomerar diversas pessoas com o interesse comum pela fuga dos afazeres cotidianos citadinos, corroborando o conceito de coletivização e socialização como ideal daquilo que se faz é também feito por outros indivíduos, pelas mesmas razões e sentidos (Martsinkovskaya *et al.*, 2018; Rabelo, 2003; Dowbor, 1993; Bourdieu, [1973] 1980).

Como espaço para o escapismo, os espaços do Espaço Rural Clarear pode conformar um lugar de experiências mútuas descomprometidas pelo acaso de relações interpessoais. O espaço pode proporcionar uma junção de diversos “atores” em seus aspectos identitários – um visitante, um hóspede ou um turista (entendidos como alteridades) – mas com interesse comum na localidade visitada. Neste viés, Bauman ([2000] 2011) assinala que o ideal de comunidade local se dá quando há a comparação entre identidades diferentes, o que levaria a afirmar a identidade local. De maneira que um meio de hospedagem, por abrigar diferentes identidades conjuntamente, pode contribuir para a afirmação da localidade. E de outra forma, Milton Santos (2000) propõe que o ideal de comunidade extrapola o conceito de grupo de pessoas locais; a comunidade estabelece relações de solidariedade com significados de pertencimento que vão além de um lugar, mas que guardam socializações para com esse lugar; de sorte que só há a comunidade quando definida pelo sujeito que atribui valor ao lugar, seja morador ou não do referido lugar. E, muitas vezes, não há clara percepção de que ocorre coletivização e socialização (L’Aoustet & Griffet, 2004), impedindo a compreensão de vetores políticos que ela pode encerrar.

Da mesma maneira que o escapismo, o advento de reuniões para adeptos religiosos ao daime pode significar a condição de coletivização e socialização, porque indivíduos estão

reunidos num mesmo espaço com propósitos comuns de fé e proselitismo (Martsinkovskaya *et al.*, 2018; Rabelo, 2003; Dowbor, 1993; Bourdieu, [1973] 1980).

O fato de se colocar em comum diversas pessoas (pela coletivização e socialização nos espaços) pode ocasionar uma comunicação entre elas que está na base para oportunidades de trocas colaborativas e, portanto, contribuindo para um ideal de arranjos colaborativos (Araújo, 2012). O que denota, por outro lado, o papel que o espaço possui em influenciar condições sociais de coletivização e socialização (Moreira *et al.*, 2018; Maximov, 2016; Theimann, 2016; Cunningham, 2013; Lindström & Öqvist, 2013; Richards & Larson, 1989).

A experiência coletiva e de socialização num meio de hospedagem muitas vezes pode se tornar inesquecível (Decker, 2009), permeando-se no tempo a cultura coletivista: “De volta ao seu país, ele ficava satisfeito em contar os sinais de benevolência que tinha recebido; e a lembrança se perpetuava na família [...]” (Montadon, 2003: 133).

De outra maneira, a discussão de um meio de hospedagem pode impulsionar o reconhecimento de outros espaços, que não citadinos e públicos (Rahmatabadi, 2011), mas que promovam coletivização e socialização (Soltani, 2018; Domblás, 2015; Reça, 2004); sobretudo diante de uma realidade política brasileira que necessita propiciar modos e lugares democráticos que não sejam sobremaneira os de uma democracia por representação (Bouchard & Wike, 2022; Pereira, 1977).

Soma-se ainda o papel da tecnoburocracia no Brasil, que a partir da figura do “técnico perito” (com sua posição privilegiada pela capacidade de decisão racional) pôde também enfraquecer a opinião decisória dos “outros”. De sorte que tecnoburocracia e “técnico perito” constituíram autoridade técnica e política para o estabelecimento de um poder dominante (Pereira, 1977). Neste sentido, desvelar novos espaços para decisões coletivas e de socialização (Soltani, 2018; Domblás, 2015; Reça, 2004) podem questionar a cultura de decisão do “técnico perito”.

## 5. Conclusões

Confirma-se o pressuposto desta pesquisa por ter demonstrado, a partir de um caso estudado, que espaços de meio de hospedagem rural no Brasil indiciam espaços para coletivização e socialização. Por se tratar de um primeiro momento de aproximação destes dois fenômenos e um pressuposto inicial construído, foi apropriada uma metodologia de estudo pautada por pesquisa qualitativa e descritiva, tendo-se o espaço como dominante categoria descritiva. De modo que o espaço pode validar seu papel contributivo para um debate social crítico (Soja, 1993; Lefebvre, [1974] 1991), notando-se que há pesquisas fundamentalmente sócioeconômicas em hospitalidade hoteleira.

Contudo, deve-se compreender que outros estudos vindouros podem ser desdobrados, com o objetivo de se ter mais casos comprobatórios de meios de hospedagem rural no Brasil como signo para coletivização e socialização. Sobremaneira, caso se entender a dialética sócioespacial (Soja, 1993; Lefebvre, [1974] 1991), seriam necessários outros estudos também de viés social. Porque, neste sentido, os estudos de ordem social para o meio rural foram pautados pelo despovoamento e migração para a cidade associada com deteriorização sócioeconômica no “campo” (Tuero, 2016); e o turismo rural surgiu como forma de reverter tal situação, a exemplo da Espanha (Tuero, 2016). O que não deixou de ser também uma realidade na América do Sul, a exemplo da região platense na Argentina,

durante o período de 1750 a 1850 (Caravaglia & Gelman, 1998). De sorte que os pressupostos para esses estudos futuros poderiam se construir a partir dos meios de hospedagem rural como um dos motivadores para novas formas de efetiva reocupação social da zona rural brasileira. E por se tratar também de um ideal que vislumbra uma generalização que o meio de hospedagem pode oferecer à zona rural brasileira, pesquisas de ordem qualitativa e descritiva parecem ser ainda as que melhor poderiam ser utilizadas.

Ainda enquanto pesquisas de viés social, seria possível construir o pressuposto de que se há coletivização e socialização, possivelmente haveria também condições para o consenso, pois coletivização e socialização é premissa para tanto; e, por conseguinte, se haveria consenso é porque poderia se observar também arranjos colaborativos.

Outra situação conclusiva está no potencial da zona rural no Brasil promover iniciativas políticas com características de democracia direta, dado o valor coletivista e de socialização do espaço; o que também pode contribuir para o empoderamento de populações rurais, pois muito ainda se observa o papel das oligarquias rurais, do coronelismo e dos privilégios de latifundiários que depauperam decisões democráticas no meio rural brasileiro (Prado Jr., [1942] 1997). Disso também decorre o reconhecimento de populações rurais brasileiras capazes de resolverem suas próprias demandas sociais. De outra maneira, também se vislumbra que o ideal de coletivização e socialização nem sempre precisa se dar em meio urbanizado dos espaços públicos citadinos.

As limitações da pesquisa estiveram pautadas pela falta de estudos que aproximassem os fenômenos coletivização, socialização e espaço de meio de hospedagem rural no Brasil. Mas, por outro lado, a falta destes estudos também pode ser entendida como um caráter inovador da pesquisa, por ela tê-los “aproximado” conjuntamente.

Do ponto de vista metodológico, há limitações da leitura espacial *in loco*, sobretudo enquanto valor abduutivo da linguagem do espaço e da imagem dele representada em fotografias; porque muitas vezes o ideal científico “parece” não ser completado. No entanto, essas limitações podem ser consideradas à luz de restrições próprias às pesquisas qualitativas, descritivas e semióticas em Ciências Sociais.

Pesquisa financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Brasil, com Bolsa Produtividade em Pesquisa e Programa de Bolsas de Iniciação Científica Artigo 170 do Governo do Estado de Santa Catarina, SC, Brasil. Parte desta investigação foi apresentada no XIV Seminário Anual da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (2017), o que contribuiu para discussões que direcionaram a finalização da pesquisa.

## Referências

- Abrahão, S. L. (2008). *Espaço público: Do urbano ao político*. Annablume/Fapesp.
- Albuquerque, M. C. B. & Dias, D. M. dos (2019). O direito à cidade nos interstícios do espaço público: Parklets para que e para quem? *Revista de Direito da Cidade*, 11(3), 347-375. <https://doi.org/10.12957/rdc.2019.38408>
- Antonini, D. (2021). *Public Space and Political Experience: An Arendtian Interpretation*. Lexington Books.
- Arama, F., Solgib, E. & Holdenb, G. (2019). The role of green spaces in increasing social interactions in neighborhoods with periodic markets. *Habitat International*, 84, 24-32. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2018.12.004>

- Araújo, L. (2012). A colaboração como base para o planejamento turístico e territorial. In L. N. Coriolano, & F. P. Vasconcelos (Orgs.), *Turismo, território e conflitos imobiliários* (pp.381-392). EdUECE.
- Balula, L. (2010). Espaço público e criatividade urbana: A dinâmica dos lugares em três bairros culturais. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 20-21, 43-58. <https://doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories20-2121>
- Barthes, R. ([1964] 1971). *Elementos de semiologia*. (Trad. A. Lorendini & A. Anichand). Cultrix.
- Bauer, T. (2018). Depoimento – out. 2018 [entrevista concedida aos autores]. Camboriú (SC, Brasil): Espaço Rural Clarear.
- Bauman, Z. ([2000] 2011). *Modernidade líquida*. (Trad. P. Dentzien). Zahar.
- Benjamin, W. (2007). *Passagens*. (Trad. C.P.B. Mourão). Editora da UFMG/Imprensa Oficial de São Paulo.
- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. (Trad. S. P. Rouanet). Brasiliense.
- Blok, A. & Meilvang, M. L. (2014). Picturing urban green attachments: Civic activists moving between familiar and public engagements in the city. *Sociology*, 49(1), 19-37. <https://doi.org/10.1177/0038038514532038>
- Bouchard, L. M. & Wike, T. L. (2022). Good as gone: Narratives of rural youth who intend to leave their communities. *Rural Society*, 31(2), 69-86. <https://doi.org/10.1080/10371656.2022.2084584>
- Bourdieu, P. ([1973] 1980). A opinião pública não existe. In M. Thiollent (Org.), *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária* (pp. 137-151). São Paulo: Polis.
- Bray, D. (2005). *Social space and governance in urban China*. Stanford: Stanford University Press. <https://doi.org/10.1515/9781503624924>
- Canzi, I. & Teixeira, M. M. (2017). A produção do espaço jurídico-político da cidade: Uma abordagem a partir da teoria de Henri Lefebvre. *Revista de Direito da Cidade*, 9(4), 1815-1833. <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.28825>
- Caravaglia, J. C. & Gelman, J. (1998). Mucha tierra y poca gente: Un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850). *Historia Agraria*, 5, 29-50.
- Castoriadis, C. (1975). *L'institution imaginaire de la société*. Seuil.
- Coopex Unibrasil (2003). Conversa com Décio Pignatari. *Cadernos da Escola de Comunicação*, 1(1), 11-19.
- Coriolano, L. N., & Vasconcelos, F. P. (2012). *Turismo, território e conflitos imobiliários*. EdUECE.
- Costa, A. M. (2014). Espaço físico urbano e a participação social: A importância da compreensão dos conceitos. *Revista de Direito da Cidade*, 6(1), 168-179. <https://doi.org/10.12957/rdc.2014.10706>
- Cunningham, J. (2013). Georg Simmel's spatial sociology and tutoring centers as cultural spaces. *The Learning Assistance Review*, 18(2), 7-16.
- Damatta, R. (1997). *A casa e a rua*. Rocco.
- Daniels, T. (1991). The purchase of development rights. Preserving agricultural land and open space. *Journal of the American Planning Association*, 57(4), 421-431. <https://doi.org/10.1080/01944369108975517>
- Deák, C. & Schiffer, S. R. (2010). *O processo de urbanização no Brasil*. Edusp.
- Decker, K. (2009). A experiência do local como fator de concorrência à internacionalização. In S. Furtado & R. Sogayar (Orgs.), *Hospitalidade: Um relacionamento global de conhecimentos e atitudes* (pp. 67-78). LCTE Editora.
- Domblás, U. (2015). *Structural Studies, Repairs and Maintenance of Heritage Architecture XIV*. C.A. Brebbia, Wessex Institute of Technology, UK and S. Hernández, University of La Coruña.
- Dowbor, L. (1993). Espaço local, atores sociais e comunicação. *Comunicação & Sociedade UMESP*, 19(11), 9-29. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.von19p9-29>
- Duarte, E. & Mega, R. (2008). Frontões e tímpanos dos séculos XIX e XX em Lisboa. *Arte Teoria*, 11, 154-178.
- Epstein, I. (2002). *O signo*. Ática.
- Ferrara, L. D'A. (1999). *Olhar periférico*. Edusp.
- Ferrara, L. D'A. (2000). *Os significados urbanos*. Edusp/FAPESP.
- Ferrara, L. D'A. (2005). *Leitura sem palavras*. Ática.
- Flandrin, J.-L. & Montanari, M. (1998). *História da alimentação*. Estação Liberdade.

- García, J. L. (2009). Antropología de la alimentación: Perspectivas, desorientación contemporánea y agenda de futuro. In A. Garrido (Org.), *Comida y cultura: Nuevos estudios de cultura alimentaria* (pp.25-61). Universidad de Córdoba.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gotman, A. (1997). *La question de l'hospitalité aujourd'hui*. Seuil.
- Groff, A., Maheirie, K. & Prim, L. (2009). The experience of collectivization in a MST (Landless People's Movement) land reform settlement. *Revista de Psicologia Política*, 9(17), 113-128.
- Guzzatti, T. C., Sampaio, C. A. C. & Coriolano, L. N. M. T. (2013). Turismo de base comunitária em territórios rurais: Caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6(1), 93-106. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6230>
- Habermas, J. (1981). *Teoría de la acción comunicativa*. (Trad. Manuel Jimenez Redondo). Taurus.
- Hambleton, R. (2015). Power, place and new civic leadership. *Local Economy*, 30(2), 167-172. <https://doi.org/10.1177/0269094215570563>
- Hamburger-Fernandez, Á. A. (2013). Human development and quality of life in Latin America: Public space and citizenship in ethical perspective. *Revista Latinoamericana de Bioética*, 13(2), 32-47. <https://doi.org/10.18359/rubi.593>
- Hershatter, G. (2006, November). The gender of memory: Rural women and collectivization in 1950s China. *Annals of Colloquium Series of the Program in Agrarian Studies*. Yale University.
- Holanda, S. B. de (1995). *Raízes do Brasil*. Cia. das Letras.
- Høy-Petersen, N., Woodward, I. & Skrbis, Z. (2016). Gender performance and cosmopolitan practice: Exploring gendered frames of openness and hospitality. *The Sociological Review*, 64(4), 970-986. <https://doi.org/10.1111/1467-954X.12390>
- Jellicoe, G. & Jellicoe, S. (1995). *El paisaje del hombre*. Gustavo Gili.
- L'Aoustet, O. & Griffet, J. (2004). Sharing public space. Youth experience and socialization in Marseille's Borely Park. *Space & Culture*, 7(2), 173-187. <https://doi.org/10.1177/1206331203254041>
- Lashley, C. (2015). Hospitalidade e hospitalidade. *Revista Hospitalidade*, 12(n. especial), 70-92.
- Laurence, R. & Newsome, D. (2012). *Rome, Ostia, Pompei: Movement and space*. Oxford University Press.
- Lefebvre, H. ([1974] 1991). *The production of space*. Trad. Donald Nicholson. Wiley.
- Lemos, C. A. C. (1976). *Cozinhas, etc.* Perspectiva.
- Leon, E. A. (2017). Habitar la orilla de los lugares colectivos y la estructura de la ruralidad en el Valle Central de Chile: Una revisión de tipos y casos. *Revista Arquitecturas del Sur*, 35(1), 56-65. <https://doi.org/10.22320/07196466.2017.35.051.06>
- Lindström, L. & Öqvist, A. (2013). Assessing the meeting places of youth for citizenship and socialization. *International Journal Social Sciences & Education*, 3(2), 446-462.
- Lourenço, D. B. & Fernandes, E. N. (2019). As contribuições da democracia deliberativa de Jürgen Habermas para um direito à cidade mais efetivo. *Revista de Direito da Cidade*, 11(4), 392-410. <https://doi.org/10.12957/rdc.2019.42441>
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Marples, D. R. (1991). Toward a thematic approach to the collectivization campaign in the Soviet West (1948-56). *Canadian Slavonic Papers/Revue Canadienne*, 33(3/4), 285-300. <https://doi.org/10.1080/00085006.1991.11091966>
- Martsinkovskaya, T., Chumicheva, I. & Khuzeeva, G. (2018). Socialization in multicultural space: Determinations and conditions. *Universal Journal of Psychology*, 6(2), 60-66. <https://doi.org/10.13189/ujp.2018.060203>
- Mattos, P. de V. F. B. (2015). *O clássico e suas transições históricas*. LCTE.
- Maximov, N. G. (2016). *The impact of socialization on collaborative group work: A ritual perspective*. (unpublished Master's thesis). University of North Carolina, Charlotte, North Carolina, United States.
- Montadon, A. (2003). Hospitalidade ontem e hoje. In A. Dencker, & M. S. Bueno (Orgs.), *Hospitalidade: cenários e oportunidades* (pp.131-143). Pioneira Thomson Learning.
- Moreira, C. S. da C., Casotti, L. M. & Campos, R. D. (2018). Consumer socialization in adulthood: Challenges and directions for research. *Cad. EPABE.BR*, 16(1), 119-134. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157008>

- Morell, I. A. (2012). Collectivization and the transfer of soft capital in two life stories from Hungary. *Ager - Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 13, 125-153.
- Navarrete, M. C. (2017). Formas sociales organizativas en los palenques de las Sierras de María, siglo XVII. *Historia y Espacio*, 13(48), 19-44. <https://doi.org/10.25100/hye.v13i48.4688>
- Nunes, F. A. (2017). Direitos de propriedade, agricultura e controle social: Representações oficiais sobre aldeamentos de índios e colônias agrícolas da Amazônia, décadas de 1840-1880. *Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural*, 71, 79-107.
- Oh, H. & Jeong, M. (2010). Evaluating stability of the performance-satisfaction relationship selected lodging market segments. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 22(7), 953-974. <http://dx.doi.org/10.1108/0959611011066626>
- Pamplona, D. A. & Carvalho Jr., M. R. de (2017). As cidades e a participação democrática: Possíveis inovações na política urbana brasileira no pós-1988. *Revista de Direito da Cidade*, 9(1), 78-101. <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.25764>
- Peirce, C. S. (1974a). *La ciencia de la semiótica*. Nueva Visión.
- Peirce, C. S. (1974b). *Collected papers*. Harvard Press.
- Peirce, C. S. (1984). *Semiótica e filosofia*. Cultrix.
- Pereira, L. C. B. (1977). *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Pezzotti, G. (2011). The essence of hospitality and service. In M. Sturman, J. Corgel, & R. Verna (Orgs.), *The Cornell School of Hotel Administration on Hospitality: Cutting edge thinking and practice* (pp. 5-18). John Wiley & Sons.
- Porto, A. (2008). O turismo rural no município de Camboriú: Uma análise sobre o potencial de turistas que veraneiam no litoral da região. Trabalho de Conclusão e Estágio Supervisionado não publicado, Curso de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Brasil.
- Prado Jr., C. ([1942] 1997). *Formação do Brasil contemporâneo*. Brasiliense.
- Rabelo, D. C. (2003). Comunicação e mobilização social: A Agenda 21 local de Vitória. Tese de Doutorado, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil.
- Radcliffe-Brown, A. R. (1922). *The Andaman islanders: A study in social anthropology*. Oxford University Press.
- Rahmatabadi, S., Zamankhani, J. S. & Yazdani, S. (2011). Urban design, Socialization, and quality of life. *Australian Journal of Basic and Applied Sciences*, 5(12), 210-214.
- Rawls, J. (1972). *A theory of justice*. Clarendon Press.
- Reca, Y. G. (2004). Foro cívico por la convivencia: Una experiencia participativa en Rivas Vaciamadrid. *Psychosocial Intervention*, 13(3), 373-382.
- Reis, É. V. B. & Venâncio, S. R. (2018). Cidade: Espaço de diálogo e desenvolvimento humano. *Revista Direito da Cidade*, 10(2), 690-727. <https://doi.org/10.12957/rdc.2018.30667>
- Richards, M. H. & Larson, R. (1989). The life space and socialization of the self: Sex differences in the young adolescent. *Journal of Youth and Adolescence*, 18(6), 617-626. <https://doi.org/10.1007/BF02139077>
- Sagrero, K. L. (2018). *Socializing public space: Benches in the urban setting* (Bachelor thesis). Portland State University, United States. <https://doi.org/10.15760/honors.658>
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lucio, M. del P. B. (2013). *Metodologia da pesquisa*. Penso.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização*. Record.
- Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- Soja, E. (1993). *Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica*. (Trad. V. Ribeiro). Jorge Zahar.
- Soltani, B. (2018). Academic socialization as the production and negotiation of social space. *Linguistics and Education*, 45, 20-30. <https://doi.org/10.1016/j.linged.2018.03.003>
- Souza, M. L. de (2002). *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Bertrand Brasil.
- Swerts, T. (2017). Creating space for citizenship: The liminal politics of undocumented activism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 41, 379-395. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12480>
- Tricárico, L. T., Pires, P. dos S., & Walkowsky, M. da C. (2019). Rural accommodation as a sign of space for consensus: Hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado, Morretes (PR-Brazil). *Rural Society*, 28(3), 212-225. <http://dx.doi.org/10.1080/10371656.2020.1726038>

- Tuero, E. A. del V. (2016). El turismo rural en España: análisis de la evolución del modelo de desarrollo y perspectivas futuras (unpublished Doctoral dissertation). Universidade de Vigo, Vigo, Espanha.
- Urquijo-Goitia, J. R. & Paniagua, Á. (2011). Entender a Fermín Caballero: Poder, política y espacio rural en el siglo XIX. *Historia Agraria. Revista de Agricultura e Historia Rural*, 53, 43-71.
- Theimann, M. (2016). School as a space of socialization and prevention. *European Journal of Criminology*, 13(1), 67-91. <https://doi.org/10.1177/14773708155597>
- Uzunoğullari, E. E. (2019). *The role of urban space in socialization and dissociation: Demystification of public spaces* (unpublished Master's thesis). Middle East Technical University, Ankara, Turkey.
- Vasconcelos, E. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Vozes.
- Viola, L. (1996). *Peasant rebels under Stalin collectivization and the culture of peasant resistance*. Oxford University Press.
- Volkava, E. (2012). The Kazakh Famine of 1930-33 and the politics of history in the Post-Soviet space. *Annals of Kennan Institute, Washington, D. C.* [Relatório Parcial de Reunião].
- Wiessner, P. (2014). Embers of society: Firelight talk among Ju/'hoain Bushman. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 111(39), 14027-14035. <https://doi.org/10.1073/pnas.1404212111>
- Wrangham, R. (2010). *Pegando fogo: Por que cozinhar nos tornou humanos*. (Trad. M.L.X. de A. Borges). Jorge Zahar.

**LUCIANO TORRES TRICÁRIO** é coordenador do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, Brasil; pesquisador CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Brasil. Endereço institucional: 5ª. Avenida, 1100, sala 204, bloco 7, UNIVALI Campus Balneário Camboriú; Vila Real, Balneário Camboriú, SC, Brasil, CEP 88.337-300.

**ISADORA BECHERT DE MODESTI** é arquiteta e urbanista graduada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí, Brasil; foi bolsista de iniciação científica do Programa de Bolsas Artigo 170 do Governo do Estado de Santa Catarina, Brasil. Endereço institucional: 5ª. Avenida, 1100, sala 204, bloco 7, UNIVALI Campus Balneário Camboriú; Vila Real, Balneário Camboriú, SC, Brasil, CEP 88.337-300

Submetido em 29 março 2022

Aceite em 12 outubro 2022